



AFRICANIDADES, CORPOREIDADE E IDENTIDADES: POSSIBILIDADES PARA AMPLIAR ESTUDOS SOBRE JUVENTUDES*

AFRICANITIES, CORPOREITY AND IDENTITIES: POSSIBILITIES FOR BROADENING YOUTH STUDIES

Cristiano Neves da Rosa¹
Jorge Augusto Correa Ribeiro²

Resumo: No presente artigo, tem-se por objetivo a reflexão sobre as africanidades, com base nas manifestações da cultura corporal, considerando-as texto da cultura para refletir sobre os estudos acerca da ideia de juventudes. Enfatizam-se as africanidades na área da Educação Física e Ciências do Esporte, nos espaços que, semelhantes à escola, igualmente educativos, contribuem para se pensar nas singularidades de ser e se fazer negra/o na maior diáspora da América Latina. Considera-se que juventudes negras se apresentam tanto na condição de sujeitos de direitos quanto de uma categoria de estudo que requer compromisso com toda a produção que acontece nas margens do saber convencional, em que as africanidades expressam sentimentos, comunicam, resistem e reivindicam.

Palavras-chave: Juventudes negras. Africanidades. Educação Física. Política pública.

Abstract: The present article aims to think about africanities based on body culture manifestations and by considering them as a culture text to reflect on studies about the idea of youth. Emphasis is given to africanities in the field of Physical Education and Sports Science within spaces that, similar to school and equally educational, contribute to think about the singularities of being and becoming black in Latin America's largest diaspora. It is considered that the black youth present themselves both as subjects of rights and as a category of study that requires commitment to all the production that takes place on the margins of the conventional knowledge where being African express feelings, communicate, resist and claim.

Keywords: Black youth. Africanities. Physical Education. Public policy.

¹ Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID/UFRGS). Doutorando em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS. Professor da Rede Municipal de Ensino de Alvorada-RS. Professor da Rede Municipal de Ensino de Gravataí-RS. Integra o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4888-520X>. E-mail: cristneves_rs@yahoo.com.br.

² Mestre em Relações Étnico Raciais pelo Centro Federal Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Doutorando em Educação pelo PROPED/UERJ. Professor da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro-RJ. Integra o Grupo de Pesquisa Cultura e Identidades no Cotidiano, vinculado ao PROPED/UERJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7030-3611>. E-mail: c.ribeiro.jorge@gmail.com.

* Artigo recebido em 31 de outubro de 2022. Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2022.

Introdução

O debate acerca das preferências das/os jovens nas suas experiências esportivas, culturais e de lazer vem crescendo substancialmente, especialmente nos estudos que buscam articular as questões relacionadas ao universo das juventudes urbanas, Groppo (2017), Dayrel (2017), Carrano (2012). Entendendo que juventude não se refere a um conceito que está dado, mas sim que resulta de uma histórica representação social, o presente artigo direciona o olhar para os aspectos que visam ampliar a hegemônica ideia que perpassam as categorias “classe” e “geracional”. Para tanto, a proposta reside em avançar nas análises considerando o marcador social etnia/raça, com vistas a elevar para a categoria de estudo “juventudes negras” para um aprofundamento qualitativo aos estudos sobre juventudes, isso sempre em diálogo com autores negros e negras como Abdias do Nascimento, Petronilha Silva, Nilma Lino Gomes, Silvio Almeida, entre outras/os. A metodologia é qualitativa, no campo do cotidiano, pesquisa-intervenção em espaços públicos destinados e/ou usufruídos pelas/os jovens nas práticas esportivas e atividades culturais e de lazer. Lançou-se mão de autores contemporâneos que se ocupam da temática das juventudes. Inicialmente, apresentamos um apanhado histórico acerca da construção social da juventude. Em seguida, tecemos reflexões e problematizações acerca das categorias de análises que têm ocupado significativo espaço da literatura para pensar juventudes. Por fim, e pensando juventudes como produtoras de culturas, propomos estudos com vistas à ampliação do conceito pensando a partir da categoria “juventudes negras”. Tais componentes dão subsídio para a discussão acerca de como estão sendo as/os jovens da atualidade, em que contexto estão inseridas/os, assim como as condições de possibilidade das suas existências.

Juventude (s)

Para José Machado Pais (2009), uma fase da vida é definida quando passa a chamar a atenção da vida em coletividade. No curso das transformações da sociedade moderna e das definições sobre juventude, alguns fenômenos constituintes da vida começaram a ser compreendidos como um “problema social”. Com isso, tornou-se imperativo o desenvolvimento de assistências e legislações que deram limites, visando posicionar a categoria social juventude em lugar social e político específico. Nesse percurso, o segmento juvenil passou a ter visibilidade a partir das transformações nas mais variadas instâncias sociais.

Entre esses investimentos, o que pode ser mencionado é a transição de uma economia que se sustentava na unidade doméstica para outra sustentada no mercado de trabalho. A partir disso, um sistema complexo das fases de escolarização, de en-

trada no mercado de trabalho e aposentadoria foi estruturado pelo Estado, havendo, então, uma institucionalização dos ciclos cronológicos da vida (DEBERT, 2010).

A partir dessas mudanças, o jovem tornou-se socialmente a expressão das transformações sociais, e também a expressão dos “problemas” decorrentes dessas mesmas mudanças. Nesse contexto, o segmento jovem passou a ser definido historicamente como instável, problemático, irresponsável, desinteressado, ausente de perspectivas, potencialmente violento, entre outros.

Nessa linha, Pais (1990, p. 148) sinaliza que,

[...] embora a puberdade, em si, seja um processo biológico universal, a adolescência só começou a ser vulgarmente encarada como fase de vida quando, na segunda metade do século XIX, os problemas e tensões a ela associados a tornaram objeto de consciência social. O envolvimento dos jovens em grupos de amigos e os comportamentos que começara a ser identificados como fazendo parte de uma cultura adolescente foi fonte de preocupações, tanto de educadores como de reformistas de meados do século passado. Nos Estados Unidos, por exemplo, as formas que assumia essa cultura começaram a preocupar os poderes públicos, nomeadamente quando se descobriu a perigosa conexão desta cultura [...] com o desenvolvimento de forma de marginalidade social e delinquência.

Sob outro ângulo, para boa parte dos estudiosos sobre juventude (BOURDIEU, 1983; GROppo, 1999; REGUILLO, 2003), e incluindo o próprio País (1990, 2009), afirma que a juventude não é mais do que uma palavra. Ou seja, a noção de juventude carrega diversos significados, os quais são construídos diante do momento e contexto históricos em que a sociedade se encontra. Defini-la como uma categoria social, portanto, significa inseri-la em um tempo e contexto socio-histórico e cultural. Mannheim (1982) enuncia que conceituar a juventude dependerá da estrutura social em que ela estiver inserida e que, ao tratar de seu significado para determinada população, será igualmente importante indagar qual é a compreensão do potencial que esse segmento social representa e quais as formas que se apresentam para transformar essa reserva em função. Isso porque, em determinadas sociedades, as potencialidades latentes dos/as jovens são reprimidas ou submetidas ao controle, pois, são compreendidas como problema social. Em contraste, há sociedades que buscam, nas juventudes, caminhos existenciais alternativos, logo, confiarão na cooperação das/os jovens.

Rezende (1989) sugere o uso sociológico no plural do termo “juventude” para que possamos dar conta da diversidade na vivência de uma faixa etária que é igualmente delimitada socialmente. Isso nos leva a pensar sobre a pluralidade da juventude, pois a juventude pode mudar e/ou acrescentar às suas formas de ser, estar e significar no mundo, de acordo com uma série de fatores: questões advin-

das da ancestralidade, experiências, limites, possibilidades e projetos oriundos da condição de classe, gênero, etnia, nacionalidade, atividades e vivências religiosas, etc. (GROPPO, 2000).

Diante da visibilidade dada pela modernidade ao segmento juvenil, no século XIX, como “problema social”, passou-se a pensar sobre o prolongamento da permanência ou inserção quando “necessário” das/os jovens nas instituições totais ou de disciplinamento (GOFFMAN, 2001; FOUCAULT, 2007, 2008, 2009) como a escola, na proliferação de casas de “correção” para menores, além de outras tantas medidas que expressavam o reconhecimento social da juventude enquanto uma fase de riscos, turbulências e instabilidades (ABRAMO, 1997).

Direcionando o olhar para o Brasil, as décadas de 1960 e 1970 foram o período em que as/os jovens ganharam maior visibilidade, pois ocorreu significativo engajamento desse segmento na luta contra o regime autoritário instalado pós-golpe midiático-civil-militar em 1964. Também foi entre os anos 1960 e 1970 que jovens questionaram padrões de comportamento, de moradia e de consumo da sociedade brasileira, e, por esse comportamento “desviante” e “anárquico”, eram perseguidos pelo aparelho repressor do Estado (ABRAMO, 1997; VIEIRA, 2014; SILVA, 2017).

Porém, nos anos de 1980, ao se reconhecer positivamente as características transformadoras atribuídas às juventudes, considerava-se problemático aquele/a que não se envolvesse em pautas políticas e em lutas por transformações na estrutura social. Dessa forma, em um período pós-anos 1990, em que ocorreu o retorno dos movimentos juvenis, a juventude dos anos 1980 foi considerada apática, sem compromisso político e individualista (ABRAMO, 1997).

No que diz respeito aos anos 1990, Abramo (1997) destaca que, além do individualismo, a presença das/os jovens nas ruas envolvidos com atos considerados “violentos” ganhou visibilidade. Dessa forma, em um período de expressiva desigualdade social, da compreensão de que instituições de socialização como a escola estavam em falência, em razão de uma cultura que valorizava o individualismo, a juventude foi considerada vítima ou potencialmente violenta. Com isso, é possível perceber, naquele período, a retomada da imagem de “juventude difícil” construída em décadas anteriores.

Ao desenvolver essa retomada histórica das diversas maneiras com que as juventudes foram representadas, Abramo põe em relevo dois aspectos: inicialmente, as/os jovens são, historicamente, considerados elementos constituintes dos problemas enfrentados na vida social, logo, também vítimas de uma organização social que, em alguma medida, justifica a imagem negativa atrelada a esses sujeitos; e, não raras vezes, os jovens são considerados passivos ou incapazes de proposições e ações efetivas para resolução dos problemas sociais que a sociedade enfrenta. Em

suma, embora a juventude esteja atravessada por mazelas sociais e impasses de cada época, a autora aponta para a relevância de o segmento juvenil ser visto para além das carências, desinteresses e faltas (ABRAMO, 1997).

Ao fazer esse breve apanhado histórico, parece haver diferentes formas de representação social desses sujeitos. Contudo, a hegemonia dos estudos ancorados nas categorias de classe e geracional acabam por se sobrepôr a outras possibilidades de análise, experiências e vivências das juventudes dentro dos contextos históricos e sociais em que uma sociedade vai sendo e se constituindo. E, entre as formas de experienciá-la e vivenciá-la, a etnia/raça não pode ser desconsiderada enquanto marcador social. Nesse sentido, é imperativo colocar em relevo que, se no curso das transformações da sociedade moderna a juventude começou a ser compreendida como um “problema social”, as jovens negras/os do Brasil, no pós-abolição, pode ser vista, especificamente, como mais problemática do que a juventude de modo geral, indesejada e submetida ao genocídio – no sentido forjado por Abdias do Nascimento –, isso sublinhado por exemplo em sua musicalidade SOUSA (2012), OLIVEIRA (2010), CYMROT (2012). Assim, refletir sobre práticas, experiências e vivências das juventudes no seu cotidiano, considerando etnia/raça enquanto elemento de análise é o objetivo do presente artigo. Acreditamos que o conceito juventude precise, para além de/ou junto das categorias classe e geracional, quando se diz respeito ao marcador etnia/raça, elevar para a categoria de estudo juventudes negras, dando necessária complexidade para um aprofundamento qualitativo para os estudos de juventudes e suas particularidades.

Pais (1990) parte do pressuposto de que nem todos os jovens compartilham os mesmos ideais, símbolos e significados, mesmo possuindo a mesma condição socioeconômica ou encontrando-se na mesma faixa etária. Diante dessa pluralidade anunciada por Pais, interessa a nós olhar para as razões que contribuem para pensar nas singularidades de ser e se fazer negra/o na maior diáspora da América Latina.

Compartilhamos da compreensão de Gilberto Velho quando diz que a vivência das/os jovens no tempo livre do trabalho e da escola também é uma das dimensões que nos possibilita “mapear e analisar os múltiplos pertencimentos de indivíduos e grupos característicos” (2006, p. 193). Essa é a motivação para recorrermos a uma forma de fazer análise com recorte étnico-racial, propondo juventudes negras enquanto categoria de análise, pois, em concordância com Almeida (2019), não se pode pensar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), condição socioeconômica, desigualdades sociais sem fazer o recorte étnico-racial e pensar o fenômeno do racismo enquanto elemento estruturante das relações sociais.

Diante de todos os expostos, cabe perguntar: de que sujeitos ou grupos de jovens se está falando? Qual o lugar ocupado pela/o jovem negra/o nas políticas públicas de esporte e de lazer? De que cidadania se está falando ao direcionar-

mos o olhar para as justificativas, objetivos? E o que é ofertado de práticas a serem experienciadas?

O objetivo do presente artigo é pensar juventudes negras enquanto categoria de análise, como proposta possível para os estudos da Educação Física e Ciências do Esporte. Trazemos resultados de duas pesquisas de doutorado e dos debates acumulados no 1º Seminário Educação Física e Relações Étnico-Raciais³, em especial, o ocorrido na Mesa 7, intitulada “Culturas juvenis, políticas públicas e a educação para as relações étnico-raciais”⁴. E é a partir dessas problematizações que daremos prosseguimento ao presente texto.

Juventudes negras e a multiplicidade de possibilidades

Ao iniciar esse ponto defendemos a diversidade e, ao mesmo tempo, a singularidade de possibilidades de ampliação dos estudos de juventudes ao considerar juventudes negras enquanto categoria de análise. Fazemos isso entendendo as juventudes como um segmento social de estudo relevante, mas que sempre teve a influência hegemônica de duas categorias: a geracional e a de classe. Não que as/os jovens negras/os não estejam, ou possam estar, inseridas/os nessas duas categorias, mas defendemos aqui o entendimento de que a precisão da característica de ser jovem negra/o no Brasil requer um aprofundamento.

No momento exato da escrita desse texto, deparamo-nos com o aniversário da maior morte em uma operação policial no Rio de Janeiro, acontecida na favela do Jacarezinho. A morte de jovens negros nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro é uma rotina que denuncia o terror e a continuidade do projeto de genocídio do povo negro exposto por Abdias do Nascimento (2016). Portanto, limitar a ideia de uma juventude cujas características culturais baseiam-se em geração ou classe é apagar as singularidades de ser jovem negra/o no Brasil, país que, mediante a poderosa ideologia da democracia racial, causou e causa o escamoteamento da negra/o como um dos fatores principais para o epistemicídio (SANTOS, 1995) de toda uma produção que nasce do conjunto de experiências e vivências de jovens negras/os no Brasil.

Mesmo assim, jovens negras/os ousam criar, dançar e produzir resistência onde querem a sua morte, a exemplo do funk, que “é uma das mais significativas

³ Seminário organizado em 10 mesas temáticas, ocorrido entre os dias 13/05/2021 a 02/09/2021 que fez parte do processo de criação do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Relações Étnico-Raciais, GTT 13, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c5GVZMuW6LU>.

⁴ A referida mesa temática buscou pensar a ideia de políticas de ação afirmativa para o campo do esporte e do lazer gerado a partir da diáspora africana. Naquela oportunidade, visava-se à qualificação das discussões acerca das epistemologias que estão à nossa disposição na Educação Física e Ciências do Esporte, e que, em certa medida, influencia os modos como se conduz e atua seja na escola quanto no espaço não escolar. A Mesa temática encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-D2h67bKv4&t=2699s>.

formas de lazer da juventude pobre negra” (CYMROT, 2011, p. 14) e continuamente sofre investidas para sua criminalização. Nesse sentido, propomos que os estudos sobre juventudes direcionem o olhar também para a escuta atenta, o ouvir e o entender as estratégias de contestação, reivindicação e sobrevivência, assim como os lazes das/os jovens negras/os enquanto possibilidade e visibilidade dessas narrativas no espaço da academia. Isso permite também o conhecimento de narrativas que escapam aos estudos em políticas públicas de esporte e de lazer, à Sociologia e à própria área de Ciências do Esporte e da Educação Física.

No que diz respeito especificamente às Ciências do Esporte e à Educação Física, temos a sua colaboração histórica para o projeto de Eugenia⁵, amparado nas teses de racialização do povo negro, e isso não pode ser deixado de lado. Muito ao contrário: precisamos nos debruçar mais sobre o período da escravização à política de eugenia no início do pós-abolição, procurando trazer para a superfície cada vez mais as iniciativas de apagamento e genocídio da população negra, na qual a Educação Física se insere no momento específico da política de eugenia, chegada oficialmente em 1914 no Brasil e inserida na Constituição brasileira em 1934. Ela atuou como coadjuvante das políticas públicas dentro do projeto mais geral de “progresso do país” e que até hoje se mostra na estrutura das relações sociais brasileiras (DIWAN, 2007). “É no Brasil colonial que as questões relativas à saúde, à higiene, ao corpo dos indivíduos, começam a fazer parte das preocupações das elites dirigentes. E o local de atuação definido pela higiene, naquele momento, foi a família de elite” (SOARES, 2017, p. 71).

E é em prol da pureza da raça e da manutenção dos privilégios da elite colonial brasileira que a Educação Física se inseriu nas escolas, de uma ou de outra forma, para contribuir para um “Brasil branco”, que, aos poucos, ia apagando ou matando as pessoas negras.

Tendo esse panorama como um dos pontos importantes para os estudos de juventudes, é providencial discutir o papel da Educação Física. Ele deve ser encarado como possibilidade de reflexão social, contribuindo para combater o racismo. Cabe compreender a contradição histórica da área (CASTELLANI FILHO, 1991; SOARES, 2017), que tem, na sua inserção na escola, duas características: um componente higienista e eugênico; e a possibilidade de formação de humanidades antirracista (CUNHA, 2016; PEREIRA, 2021) em práticas renovadas.

Estudar juventudes negras é entender como alguns elementos se desdobram e se relacionam: o racismo, a sobrevivência, a cultura, a afirmação, o geracional, a classe. O corpo negro, como um corpo político que teima em sobreviver,

⁵ Para um melhor aprofundamento acerca do projeto de eugenia no Brasil, Cf. STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917 – 1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D, (Orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde Collection, pp. 330-391. ISBN 978857541311.

tem o espaço de enunciação na sua experiência estética. Sendo assim, o padrão de beleza, o saber, a episteme, a cultura, o certo e o errado são elementos amparados por uma norma branca heteronormativa europeia (GROUFOUEL, 2016). Quando esses deixam de ser as referências para se estudar a juventudes negras, novos conhecimentos surgem, outras formas de fazer e criar e os já existentes são ressignificados. Assim, criam-se outros pontos de saber, transformados em possibilidades disruptivas. Eles deslocam a ideia de uma cultura eurocêntrica para as margens. A ideia de um conhecimento que se ancora nos centros de poder é questionada.

A contribuição do movimento negro educador (GOMES, 2017), como uma força questionadora de todo um processo de exclusão do negro, foi de suma importância para solidificar os elementos epistemológicos e culturais que ampliaram as bases para os estudos com o olhar direcionado às jovens negras/os. Além disso, o legado das cotas nas universidades para negras/os, a Lei 10.639/03 e 11.645/08, são exemplos disso. A partir delas, estabeleceram-se as bases para outros olhares na academia, para novas produções que flertassem e se comunicassem com outros saberes.

Ao questionar e criticar o ideal de brancura impregnado na sociedade brasileira e a lógica da branquidade construída nas tensas relações de poder, o Movimento Negro constrói um saber emancipatório. Ao lutar pela maior inserção de jovens negros na universidade e no mercado de trabalho, esse movimento questiona, expõe e aponta caminhos que poderão subverter e ultrapassar a história, cultural psicossocial e violenta relação entre o ideal da brancura, a lógica da branquitude e o conhecimento (GOMES, p. 117, 2017).

Do questionamento da falta de jovens negras/os nos espaços acadêmicos, o movimento negro educador, ao mesmo tempo, discute os espaços de poder reservados para a juventude da classe média branca; desmistifica a falácia da democracia racial; questiona a ideia de cultura criada e gestada pela burguesia; coloca no centro do debate sociológico a cultura *Hip-Hop*, o *Funk*, o samba, a capoeira e outras; retira a hierarquia imposta pela branquitude e coloca jovens negras/os no lugar de formadores de opinião. Utilizando os Estudos Culturais ou mesmo as ideias decoloniais ou pós-coloniais, ou as ideias das feministas negras ou de pensadores africanos, os estudos sobre negritude e relações étnico-raciais podem crescer em qualidade e em multiplicidade de olhares.

A juventude, na condição de categoria de estudo, ou mesmo relacional (BOURDIEU, 1980), preza pela não homogeneização do que é ser jovem. Assim, as relações sociais, nas quais está inserida uma parcela da juventude estudada, interferem diretamente nos estudos a respeito desse segmento social. Quase sempre, os conflitos de territórios juvenis, o mundo do trabalho, como o desemprego estrutural, a cultura de determinada época, com seus modos de linguagens e suas

particularidades, o consumo e a indústria cultural são as bases para se entender as culturas juvenis. No caso das/os jovens negras/os, precisamos somar a esses elementos, a marcação imposta pela sua racialização, colocando-os como fator de vulnerabilidade social e mortandade por conta de práticas estatais, seja na inação no tocante a políticas de oportunidades de ascensão social, seja por opressões e repressões seu alvo potencial.

O genocídio do negro, já apontado em 1978 por Nascimento (2016), tem, no Brasil um lugar privilegiado que se soma ao racismo estrutural. Os índices sociais baixos a que é exposta a população negra, além da falta de políticas públicas, faz do cenário brasileiro um lugar perigoso e nefasto para as/os jovens negras/os, pois, segundo o Atlas da violência de 2021,

[...] em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (CERQUEIRA, p. 49, 2021).

Essas expressões contemporâneas da eugenia passam por outros indicadores, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, que serão apresentados nos parágrafos a seguir.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, os dados mostram que a taxa de subocupação atinge 29,0% da população negra, enquanto na população branca o impacto é de 18,8%. Quando olhamos para a ocupação de cargos de chefia/gerência, 68,6% dos cargos são ocupados por brancas/os; já em relação às/aos negras/os o exercício destas funções não ultrapassa 29,9%.

No que se refere à educação formal, a taxa de analfabetismo é de 3,9% entre a população branca, mas entre a população negra esse número chega a 9,1%.

Quando olhamos para a representação política, com recorte somente no Legislativo Federal, o número de Deputadas/os Federais negras/os eleitos/as no pleito de 2018 foi de 24,4%, e o de brancas/os, de 75,6%⁶.

Essa realidade expressa nos números evidencia que a população mais vulnerável é a população negra que está inserida em uma estrutura que o poder de produ-

⁶ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acesso em: 13/12/2020.

ção da morte não necessariamente atua por intermédio da polícia, não se resume à morte física. Mais precisamente, aliadas à polícia, ou dispensando-a, percebe-se que outras práticas podem afetar as condições de existência como a morte simbólica das memórias, da história, do apagamento das culturas, da ausência de oportunidades.

Diante disso, “juventudes negras” se mostra como uma categoria de estudo relevante e requer um compromisso com toda a produção que acontece nas margens do saber convencional. É nos escapes, na vivência e na fruição cotidiana que as/os jovens negras/os produzem suas culturas. Com o crescimento do acesso às redes sociais, exemplos de performatividades em rede (como o *TikTok*, o *Instagram*) acabam contribuindo para o enraizamento de novas formas de criação, produção e fruição da cultura, tendo reflexos na música, na dança e na própria pesquisa.

Assim, direcionar o olhar para os “modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e, de outro lado, as marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia a dia” (SILVA, 2005, p. 155), é ter a sensibilidade de reconhecer a relevância da influência africana nas manifestações culturais no Brasil, nas formas de viver, de trabalhar, dos eventos e demais processos empreendidos pelos descendentes de africanos e interiorizados pela sociedade brasileira em seus diferentes grupos étnicos e raciais. São as “africanidades brasileiras” tão presentes nas práticas do segmento juvenil negro e, concomitantemente, tão sufocadas por uma estrutura que insiste em apagá-las e assassiná-las.

E, nas palavras de Silva (2005, p. 156),

[...] as Africanidades Brasileiras vêm sendo elaboradas há quase cinco séculos, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as destes. Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria [...]. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira.

O lugar da corporeidade no âmbito das políticas públicas de esporte e de lazer

No que se refere às vivências e experiências da corporeidade negra na maior diáspora da América Latina – o Brasil –, quando se direciona o olhar para o esporte e o lazer enquanto direito social, observa-se que também há desigualdades acerca das possibilidades de conhecimentos, vivências e experiências advindas da cultura africana.

Cabe salientar o reconhecimento da importância do esporte e do lazer na dimensão da vida individual e coletiva. Como objeto de estudos, o esporte e o lazer também assumem papel relevante no campo das Ciências do Esporte e da Educação Física onde diversas pesquisas (BONALUME, 2010; THOMASSIM, 2010; RIBEIRO, 2012; LAZZARI, 2013; FORELL, 2014; PARREIRA, 2014; SANTOS, 2015; CASTRO, 2016; LACERDA, 2017; SECCO, 2019; ATHAYDE, 2019; ARAÚJO et al, 2020; CARNEIRO e MASCARENHAS, 2021; CARNEIRO e CASTELLANI FILHO, 2021) têm se debruçado acerca dos processos de agendamento, financiamento, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de esporte e de lazer. Os referidos estudos, entre outros, corroboram a ideia de que as políticas providas pelo Estado nessa área são indispensáveis para a garantia dos direitos de cidadania, e também o são outras investigações, recortadas em seus elementos socioculturais. Esses têm se ocupado dos estudos “nas” políticas públicas, e, em outras palavras, das práticas dos sujeitos a quem os projetos e programas são endereçados nos espaços e/ou complexos esportivos sob a gestão governamental.

Porém, as supracitadas literaturas acabam por não fazer menção ao lugar do corpo negro e indígena nem às culturas de matrizes africanas e indígenas quando se fala em direito ao esporte e ao lazer. Na esteira dessas literaturas, consideramos pertinente enfatizar – e diz respeito às vivências práticas nos espaços, núcleos e complexos esportivos sob a gestão governamental – o caminho observado e vivenciado *in loco*, em etnografias feitas (ROSA; GADEA, 2016; ROSA, 2019) em espaços e núcleos de esporte e lazer. Esse caminho que direcionou o desejo de investigar se a política pública atendia aos objetivos prometidos, além dos modos como as pessoas e/ou grupos organizavam e vivenciavam suas maneiras de experienciar os esportes e demais práticas corporais. Entre os resultados do estudo, não se identificou a ocorrência de investimentos, logo, de promoção de qualquer prática de matriz africana.

Todos esses indicativos sinalizam para a ideia de corpo e cultura hegemônicos (eurocêntrico), a qual permanece nas diversas dimensões da estrutura social brasileira. Diante do cenário que se apresenta, ainda que “formação”, “ampliação”, “promoção” e “exercício da cidadania” sejam termos centrais, que embasam as justificativas para a oferta, a implementação e a execução dos projetos e programas e também para as justificativas sociais das literaturas acadêmicas que se ocupam da temática das políticas públicas de esporte e de lazer, observa-se o não dito e a lacuna acerca das culturas africanas e afro-brasileiras. Sendo assim, há, no mínimo, uma aporia no tocante aos discursos do esporte e do lazer enquanto direito social, desfavorecendo a dimensão de corpo e cultura dotada de significados e representações, o que possibilita formular novos questionamentos sobre como a área das Ciências do Esporte e da Educação Física e a própria política pública de esporte e de lazer se relacionam com o corpo, num plano político, ideológico e cultural.

Considerações finais

O processo civilizatório organizou seus investimentos a partir da separação e hierarquização entre brancos e não brancos, e, nesse contexto, o branco passou a ocupar o lugar de colonizador, e o negro, o de colonizado, tanto na escravidão quanto no pós-abolição. E, desse modo, no Brasil do pós-abolição, a partir da eugenia, pseudociência que despontou com o propósito para o embranquecimento da população brasileira, constituiu-se um pensamento hegemônico com seus desdobramentos até os dias de hoje e norteou as concepções de sujeito individual e de corpo coletivo. Trata-se de um projeto societário seletivo que negou, nega e desqualifica as contribuições oriundas da cultura africana, que discrimina e demoniza os modos, suas práticas corporais, suas gestualidades e falas próprias da população negra descendente de africanos no Brasil.

Entendemos que não é possível falar de juventude no tocante às mais variadas instâncias da vida individual e coletiva sem que se faça um recorte étnico-racial. Entender o corpo negro, na diáspora, enquanto corpo político que resiste, contesta, reivindica, que luta por reconhecimento e busca caminhos existenciais alternativos diante das condições sociais estabelecidas alicerçadas no ideal da brancura na vida em coletividade, significa atentar para os seus processos históricos; atentar para suas epistemologias, suas formas de comunicar, ser e estar no mundo por intermédio do conjunto de práticas corporais – as brincadeiras e jogos africanos, as danças, as expressões musicais contemporâneas, como o samba, o *funk* e a cultura *Hip Hop*, por exemplo – que representam processos criativos de ressignificação da diáspora negra. Do contrário, o tão mencionado “exercício da cidadania”, seja na literatura que justifica socialmente suas investigações acerca da análise e avaliação das políticas públicas de esporte e de lazer, incluindo os próprios projetos e programas; seja pensando nas justificativas sociais dos estudos sobre juventudes em alguma medida, deixam-se lacunas em um contexto reprodutor da hierarquização de raças.

Enfatizar as africanidades nos espaços que são, semelhante à escola, igualmente educativos, assim como, enfatizar e posicionar juventudes negras enquanto categoria de análise social nos estudos sobre juventudes no tocante as suas resistências, reclames, pautas e reivindicações históricas e suas trajetórias nos processos de ações individuais e coletivas, é ter, também por intermédio das manifestações da cultura corporal, como as expressões musicais e danças, nas lutas, na capoeira, nas brincadeiras e nos jogos, a sua forma tão expressiva e atuante e, substancialmente, entender as influências da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira na vida coletiva brasileira que poderão ser tematizadas e ressignificadas.

Diante disso, “juventudes negras” se apresenta tanto como corpo coletivo de direitos, portanto, uma categoria de estudo que requer um compromisso com toda a produção que acontece nas margens do saber convencional. Nela, as africanidades expressam sentimentos, comunicam, resistem e reivindicam.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p. 25-36, 1997.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen (Feminismos plurais), 2019.

ARAÚJO, Silvana Martins de. *et al.* **Políticas Públicas e Movimentos Sociais**. Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE. EDUFRN. Natal, v. 8, n. 1, 2020.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. Reflexões sobre a relação entre esporte e cidadania. **Arquivos em movimento**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019.

BONALUME, Cláudia Regina. **O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1991.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; CASTELLANI FILHO, Lino. O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.8, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. **O financiamento público do esporte no Brasil: análise e avaliação**. Curitiba: CRV, 2021. 228p.

CASTRO, Suelen Barboza Eiras de. **Políticas públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011): prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CYMROT, Danilo. **A criminalização do Funk sob a perspectiva da teoria crítica**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Setor de Direito Penal, Universidade de São Paulo, 2011.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Brincadeiras africanas para a educação cultural**. Castanhal: Edição do Autor, 2016.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol.28, n.1, p. 117-136, 2002.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizonte Antropológico**. v. 16, n.34, p. 49-70, 2010.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FOREL, Leandro. **Participando na cidade**: um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas de emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**. Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. São Paulo: Difel, 2000.

GROPPO, Luís Antonio. A emergência da juventude e do lazer como categorias socioculturais da modernidade. **Licere**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 75, 1999.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios epistêmicos do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p. 25-49, 2016.

LACERDA, Paulo José Cabral. **A (in)visibilidade do sujeito nas políticas públicas de lazer**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física. Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

LAZZARI, André. **A heterogeneidade de significados da prática futebolística num programa social esportivo**: possibilidades de articulações e de sustentação do programa. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita. **Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 69-94.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Hip Hop e territorialidades Urbanas: Uma construção social de sujeitos das periferias. In: **Reflexões sobre os “modos de vida” e a socialização dos jovens negros**. Cadernos Penesb, p. 71-113, 2009-2010.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV, p. 591-644, 1990.

PAIS, José Machado. Lazer e Sociabilidades Juvenis - um ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, XXV, p. 591-644, 1990.

PAIS, José Machado. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PARREIRA, Fernanda Ramos. **Corpo marginal: o processo de inclusão social nas políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, no município de Goiânia, entre 1997 e 2013**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. **Práticas corporais indígenas: jogos, brincadeiras e lutas para a implementação da Lei 11.645/08 na Educação Física escolar**. 1 ed. Fortaleza: Aliás, 2021.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: um campo de estudio; breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 23, Mai/ Jun/Jul/Ago, p. 103-118, 2003.

REZENDE, Claudia Barcellos Identidade: O que é ser jovem?, **Revista Tempo e Presença**, n.240, CEDI, p. 4-5, 1989.

RIBEIRO, Sheylazarth Presciliana. **O lazer na política pública de esporte: uma análise do Programa Segundo Tempo**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ROSA, Cristiano Neves da; GADEA, Carlos Alfredo. **Esportes, lazer e vigilância: entre discursos e segurança pública**. Curitiba: Appris, 2016.

ROSA, Cristiano Neves da. **Infraestruturas vivas: uma etnografia das práticas das pessoas na Praça da Juventude, no Guajuviras, Canoas-RS**. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Samir Almeida. **O Projeto Centro de Iniciação Desportiva e as políticas esportivas no Distrito Federal**: uma análise à luz dos direitos de cidadania. Dissertação 371 (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SECCO, Evandro Brandão. **O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer**: um estudo de caso no centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino de africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 155-172, 2005.

SILVA, Juremir Machado da. **1964 – Golpe midiático-civil-militar**. São Paulo: Editora Sulina, 2017.

SOARES, Carmen Lúcia. **Raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2017.

SOUSA, Rafael Lopes de. **O Movimento Hip Hop**: a anti-cordialidade da “República dos Manos” e a estética da violência. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2012, pág. 21-96.

THOMASSIM, Luis Eduardo Cunha. **O “público-alvo” nos bastidores da política**: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIRA, Evaldo. **A ditadura militar 1964-1985**: momentos da República brasileira. São Paulo: Cortez Editora, 2014.